

ELEIÇÕES

Coligação avança, e Senado deve barrá-la

Câmara aprova, em segundo turno, PEC da reforma eleitoral que traz de volta a união entre partidos nas eleições proporcionais. Mas proposta tem tudo para enfrentar dificuldades

» JORGE VASCONCELLOS

Por 347 votos a 135, o plenário da Câmara aprovou ontem, segundo turno, a PEC 125/11, que trata da reforma eleitoral. Entre outros pontos, a proposta traz de volta as coligações para as campanhas a cargos proporcionais — vereadores, deputados estaduais, distritais e federais. O texto seguirá para o Senado, onde deve enfrentar grandes dificuldades para ser aprovado, como já indicou o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). O parlamentar considera as coligações um “retrocesso” e adiantou que a proposta dificilmente será aprovada.

Essas alianças partidárias haviam sido extintas pelo Congresso em 2017. Os críticos afirmam que favorecem as chamadas legendas de aluguel e a troca de apoio entre candidatos sem qualquer afinidade ideológica.

Na votação da PEC em primeiro turno, 15 partidos fecharam um acordo que previa a volta das coligações em troca da retirada do texto do ponto que implantava o chamado “distritão” — uma modalidade de eleição que privilegia os candidatos mais escolhidos, sem levar em conta os votos recebidos pelos partidos, como acontece no atual sistema proporcional. Apenas sete legendas não aderiram ao acordo — PSD, PSol, Novo, Cidadania, PV, Rede e PDT.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediu a Rodrigo Pacheco que a PEC seja pautada no Senado assim que for recebida, o que não deve acontecer. A própria relatora da reforma eleitoral, deputada Renata Abreu (Podemos-SP), admitiu que a volta das coligações proporcionais tem grande possibilidade de ser derrubada pelos senadores.

As duas maiores bancadas do Senado, MDB e PSD, ao lado de DEM e Cidadania, são contrárias ao retorno das coligações, consideradas por eles um estímulo à fragmentação partidária. Sem o apoio dessas siglas, será difícil para a PEC avançar.

A PEC da reforma eleitoral também incluiu um dispositivo

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados - 14/7/21



Lira quer que a PEC seja pautada rapidamente no Senado, para dar tempo de entrar em vigor no próximo pleito



contra 135 foi o resultado do segundo turno de votação que pretende ressuscitar as coligações

que prevê a contagem em dobro dos votos dos eleitores às mulheres e às pessoas negras. Esse mecanismo serve apenas para o cálculo das verbas que cada partido receberá do Fundo Eleitoral, e não para efeito da eleição da candidata ou candidato.

Outra mudança aprovada pelos deputados é sobre a data de posse de presidentes e governadores. A partir das eleições de 2026, mudará de 1º de janeiro para 5 e 6 do mesmo mês, respectivamente.

Destaques

Durante a sessão, os deputados aprovaram, inicialmente, o texto-base da reforma eleitoral. Na sequência, passaram a analisar destaques que pediam a retirada de pontos da proposta. Um deles, apresentado pelo Cidadania, era contra a manutenção das coligações partidárias no texto — recurso rejeitado por 340 a 139.

Para o deputado Alex Manente (Cidadania-SP), as coligações enfraquecem a democracia e não atendem aos interesses dos eleitores. “Esse destaque é para não retroceder na nossa democracia. Coligação é uma possibilidade que está sendo colocada exclusivamente para atender objetivos eleitorais do ano que vem, sem nenhum pensamento estrutural para o país, para fortalecer partidos e ideias. Muitas vezes, na coligação, você vota em um partido, elege um outro sem saber”, salientou.

Ainda durante a sessão, o líder do PT, Bohn Gass (RS), defendeu a manutenção do acordo que manteve o sistema atual de eleição de deputados e vereadores, em troca da volta das coligações.

“Quero lembrar a grande vitória que nós tivemos na semana passada, que foi não deixar passar o ‘distritão’, que desconstruía a representação plural e democrática que precisa ser feita”, disse.

O bolsonarista Bibó Nunes (PSL-RS) também se manifestou contra as coligações. Ele lembrou que tais alianças acabaram em 2017 — e por ser uma regra recente, há que se utilizá-la mais para avaliar melhor seus efeitos. “Tendo em vista que foi feita uma nova lei eleitoral em 2017, considero um deboche, um desaforo com o eleitor brasileiro. Como é que ficaremos perante o eleitorado, ao esclarecer que a coligação favorece em muito os partidos pequenos, que na maioria são partidos de aluguel que ficam negociando o seu tempo de televisão, o seu espaço de rádio e por aí afora?”, questionou.

Para o deputado José Nelto (Podemos-GO), a volta das coligações é legítima. “O partido tem o direito de se coligar com outro partido da mesma ideologia. E quem tem que resolver essa situação, o modelo eleitoral do Brasil, é o Congresso e não o Tribunal Superior Eleitoral”, destacou.

Bolsonaro: fundo em menos de R\$ 3 bi

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, ontem, que deverá vetar parcialmente o fundo eleitoral e sancionar o valor em menos de R\$ 3 bilhões. Mas, caso isso não seja possível, vetará o artigo integralmente, conforme adiantou na entrevista que concedeu à Rádio Capital Notícias, de Cuiabá. A aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 aumentou, de R\$ 2 bilhões para R\$ 5,7 bilhões, as verbas destinadas ao Fundo Eleitoral para o próximo ano.

A medida aguarda a decisão de Bolsonaro e o prazo termina nesta sexta-feira. No entanto, no caso de veto integral pelo presidente, parte do valor poderá ser recomposto no envio do Orçamento de 2022 ao Congresso pelo Poder Executivo.

“Temos que cumprir a lei. Não posso sancionar ou vetar qualquer coisa sem responsabilidade. Se eu sancionar o que não devo ou vetar o que não posso, estou incurso em crime de responsabilidade. Vamos vetar tudo que exceder o previsto pela lei de 2017. Acredito que desses R\$ 5,7 bilhões, menos de R\$ 3 bilhões deverão ser sancionados”, adiantou.

Bolsonaro ainda classificou como um “acinte” o aumento para quase R\$ 6 bilhões do Fundo Eleitoral. “A ordem que dei foi a se-

Marcos Correa/PR



Temos que cumprir a lei. Não posso sancionar ou vetar qualquer coisa sem responsabilidade. Se eu sancionar o que não devo ou vetar o que não posso, estou incurso em crime de responsabilidade. Vamos vetar tudo que exceder o previsto pela lei de 2017. Acredito que desses R\$ 5,7 bilhões, menos de R\$ 3 bilhões deverão ser sancionados”

Presidente Jair Bolsonaro

guinte: vetar tudo que extrapolar aquilo previsto na lei de 2017. Vamos supor que não seja possível porque está num artigo só. Então, veto tudo. Essa foi a decisão. Eu

não quero brigar com a Câmara e nem com o Senado, mas R\$ 5,7 bilhões extras, porque tem o Fundo Partidário também, é um acinte, uma coisa inimaginável”, afirmou.

No último dia 26, apesar de ter garantido que vetaria o aumento dos recursos, Bolsonaro mudou o discurso e afirmou que deveria retirar apenas o que chamou de “excesso”, e que sancionaria o fundo eleitoral em aproximadamente R\$ 4 bilhões.

“Vai ser vetado o excesso do que a lei garante. A lei garante quase R\$ 4 bilhões de fundo. O extra, de R\$ 2 bilhões, vai ser vetado. Se eu vetar o que está na lei, estou incurso crime de responsabilidade”, justificou.

Bolsonaro também sugeriu que a correção da verba deveria ter sido feita pela inflação. “No ano retrasado, eu sancionei algo parecido, mas levando-se em conta a inflação do período. Eu não tinha como vetar”, disse.

Segundo a legislação, 48% dos recursos do Fundo Eleitoral são divididos entre os partidos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, na última eleição geral — 35% vão para as legendas na proporção do percentual de votos válidos obtidos por aquelas que tenham pelo menos um representante na Câmara; 15% são distribuídos conforme o número de representantes no Senado; e 2% são divididos igualmente entre todos as agremiações registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br



Bolsonaro derrete e apela para o golpismo

A pesquisa XP-Ipespe divulgada ontem mostra que Jair Bolsonaro derreteu eleitoralmente — perde para qualquer concorrente no segundo turno, se as eleições fossem hoje. Mais ainda, pode até ser derrotado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno, se mantiver a polarização com o petista e conseguir inviabilizar a chamada “terceira via”, como pretende. Segundo o cientista político Antônio Lavareda, mesmo com o recesso da CPI da Covid e o bom desempenho do Brasil nas Olimpíadas de Tóquio, que reduziram o noticiário negativo, o mau humor dos brasileiros com o presidente da República aumentou.

Não faltam motivos para isso, apesar do avanço da vacinação em massa e da redução do número de óbitos diários pela covid-19, que o povo atribui aos governadores e aos prefeitos. Com justa razão, Bolsonaro é identificado com o vírus da pandemia e não com a vacina. Fez tudo o que podia e não deveria para isso. Ontem mesmo, andou falando que as pessoas que tomaram a CoronaVac, a vacina chinesa produzida pelo Instituto Butantan, estão morrendo. Sua avaliação positiva caiu de 22 para 21%, enquanto a de governadores subiu de 36% para 46% e a dos prefeitos, de 45% para 55% — mesmo com o presidente da República culpando-os pela crise sanitária.

O estrago feito pelo ex-ministro Eduardo Pazuello e sua equipe de militares na Saúde, desnudado pela CPI do Senado, é irreversível: 57% da população acreditam no envolvimento do governo e de alguns de seus membros na corrupção. O apoio à CPI é robusto e inversamente proporcional: 57%. Na pesquisa, 67% dos entrevistados disseram que acompanham a CPI e 74% dos brasileiros perderam um parente, amigo ou colega na pandemia.

O pior dos mundos para Bolsonaro é a percepção da economia, negativa para 63% da população. Em julho, eram 57%. Ou seja, mesmo com alguns indicadores positivos, como o crescimento do PIB, e medidas recentes para ajudar a população de mais baixa renda, como o Auxílio Brasil, o programa federal que substituirá o Bolsa Família, o povo se queixa da inflação, dos juros altos e do desemprego, que formam um círculo vicioso. Nas simulações eleitorais, Bolsonaro perderia para Lula, Ciro Gomes, Sergio Moro, Luís Henrique Mandetta, João Dória e Eduardo Leite. Se aparecer mais um candidato, talvez perca para ele também. A expectativa de poder que mantém não se sustenta no seu projeto eleitoral, mas no governo como forma mais concentrada de poder e na narrativa do golpe de Estado. Esse é o xis da questão.

O ministro da Defesa, Braga Neto, compareceu ontem à Câmara para dizer que a ameaça de não realização das eleições, caso não fosse aprovado o voto impresso, nunca houve e é um assunto encerrado. É mesmo, porque a Câmara enterrou a proposta. Mas a narrativa golpista de Bolsonaro continua. É construída sobre três pilares: a disseminação da suspeita de fraude eleitoral para beneficiar a candidatura de Lula, o falso papel moderador que atribui às Forças Armadas nas relações entre os Poderes e o questionamento da autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF) na exegese da Constituição.

Vivandeiros

Bolsonaro escala seu confronto com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator do inquérito das fake news, e Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para provocar uma grave crise institucional e arrastar as Forças Armadas para a aventura de um golpe de Estado, antecipando-se à derrota eleitoral que vislumbra no horizonte. Exuma o velho castilhismo castrense da Revolução de 1930, percorre quartéis e campos de manobras como “comandante supremo das Forças Armadas”. Parece uma daquelas “vivandeiros alvorçadas” que percorriam os bivaques para “bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias do poder militar”, como disse, certa vez, o marechal Castello Branco.

Os políticos do Centrão, entre os quais o novo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, tiram proveito da situação para avançar sobre cargos do governo e verbas do Orçamento da União, mas, até agora, não embarcaram no projeto golpista. Um golpe de Estado, quando nada, anularia todo o poder de barganha que hoje desfrutam. Além disso, não têm a mesma ojeriza dos militares a Lula, pois foram seus aliados quando o PT estava no poder — alguns até foram ministros. Atuam como a turma do deixa disso, mas não estão tendo sucesso na tentativa de protagonizar e viabilizar o projeto de reeleição de Bolsonaro.

“A expectativa de poder que Bolsonaro mantém não se sustenta no seu projeto eleitoral, mas no governo como forma mais concentrada de poder e na narrativa do golpe de Estado”